



Reunião Regional de Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe
Brasília, Brasil, 6 a 8 de agosto de 2024

Declaração Final

As seguintes recomendações, que coletivamente formam esta Declaração, resultam das discussões realizadas na Reunião Regional sobre Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe, que ocorreu em Brasília, Brasil, de 6 a 8 de agosto de 2024. Organizado pelo Escritório da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), pelo Superior Tribunal de Justiça do Brasil (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho do Brasil (TST), o evento reuniu 80 presidentes de tribunais, ministros, membros do judiciário e especialistas de 21 países, bem como associações judiciais relevantes, proporcionando uma valiosa plataforma para debater os desafios críticos atuais e emergentes para a integridade e independência judicial na América Latina e no Caribe.

O evento baseou-se nos esforços contínuos do Hub Anticorrupção para a América Latina e o Caribe do UNODC, para apoiar os países na implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, incluindo seu artigo 11, que defende o fortalecimento da integridade judicial. O evento esteve alinhado com a visão e os objetivos da Rede Global de Integridade Judicial da UNODC para fomentar a troca de experiências e conhecimentos sobre desafios emergentes. Também apoiou a implementação dos roteiros adotados pelas três Plataformas Regionais Anticorrupção para a América do Sul e México, América Central e o Caribe, que identificam o fortalecimento da integridade judicial como uma das áreas prioritárias para a região.

Durante a reunião, os magistrados participantes da América Latina e do Caribe discutiram as áreas temáticas prioritárias destacadas abaixo que consistem em um desafio para os sistemas judiciais na região. As recomendações abaixo refletem os principais resultados dos debates durante o evento, capturando as ideias e sugestões coletivas sobre como promover a integridade judicial na região. Essas recomendações têm o objetivo de servir como um guia de ação para os judiciários da região, reconhecendo que há interconexões entre as diferentes áreas temáticas e que certas recomendações são de natureza transversal.

Independência judicial como pilar do Estado de Direito:

- Garantir a segurança eficaz e eficiente para a função judicial, incluindo medidas de proteção física (pessoal e familiar), para proteger os processos de tomada de decisão contra pressões, ameaças e interferências indevidas, quando necessário, considerando a diversidade dos países da região e dentro dos territórios dos países.



- Garantir os recursos orçamentários, humanos e materiais necessários (incluindo recursos de infraestrutura e formação) para que a função judicial opere de forma eficiente, eficaz e de maneira independente.
- Reconhecendo que a estabilidade do cargo é fundamental para a independência judicial, adotar processos claros e transparentes com base em critérios objetivos para a nomeação, promoção e transferência de juízes e promotores.
- Reconhecendo que uma comunicação eficaz por parte do Judiciário é fundamental para a independência judicial e o Estado de Direito, considerar estabelecer mecanismos e canais de comunicação profissionais e formais com o público para fortalecer a confiança pública no Judiciário e também considerar a possibilidade de ter apoio institucional para as decisões de seus membros, quando necessário.

Justiça aberta e transparência judicial:

- Proporcionar informação em linguagem clara, simples, concisa e inclusiva sobre o mandato, as funções e os procedimentos do judiciário de acordo com o público que receberá essas informações.
- Promover políticas de informação para usuários da justiça e servidores judiciais sobre condutas contrárias à ética judicial, bem como a forma como podem ser denunciadas.
- Desenvolver e conduzir programas de treinamento e conscientização para as partes interessadas a fim de promover um enfoque inclusivo para o desenvolvimento e a implementação de políticas que afetem a operação do sistema judiciário.
- Estabelecer unidades especializadas/pontos focais e protocolos para compartilhamento de informações e suporte ao usuário, que também sirvam como um canal de contato com a mídia.
- Incentivar parcerias com o meio acadêmico, a mídia, as associações da sociedade civil, os jovens, entre outros, para aumentar a conscientização sobre seus direitos e como eles podem ser participar na promoção da integridade.
- Promover a transparência, conscientizando os juízes sobre a percepção do público em relação suas ações e de como elas afetam a imagem do Judiciário como um todo.



Novas tecnologias e inteligência artificial (IA):

- Desenvolver e implantar ferramentas e plataformas digitais para aumentar a eficiência e a acessibilidade da administração judicial, incluindo a gestão de processos e documentos, a distribuição e a ponderação dos processos, a calendarização, o arquivo eletrônico, a investigação jurídica e as audiências virtuais. Ao fazê-lo, gerir os riscos potenciais associados à brecha digital, à segurança e privacidade dos dados e à cibersegurança.
- Fornecer capacitação sobre os riscos e benefícios das novas tecnologias e IA para juízes e funcionários do tribunal, para que estejam bem equipados para aproveitar essas ferramentas de forma eficaz e ética, e garantir uma comunicação eficaz e programas de divulgação para sensibilizar as partes interessadas, incluindo advogados e o público, para aumentar a conscientização, superar resistências e criar confiança.
- Reconhecendo que a integração da IA nos processos judiciais é inevitável e reconhecendo o seu valor na detecção de falsificações profundas (deep fakes) e de provas que carecem de integridade, os judiciários devem aproveitar seus benefícios para aumentar a eficiência, gerenciar grandes volumes de dados e proteger-se contra ameaças conhecidas e potenciais causadas pelos avanços tecnológicos, defendendo simultaneamente os princípios da integridade, equidade, responsabilidade e transparência judiciais.
- Ao desenvolver e implementar ferramentas de IA no sistema judiciário, defina suas funções e limitações para evitar riscos éticos, como vieses inerentes, e garanta que a IA forneça assistência complementar aos membros do judiciário, que mantêm o controle e a responsabilidade finais sobre a tomada de decisões para garantir a legitimidade decorrente de sua função e status.
- Mantenha-se informado sobre os avanços tecnológicos e as tendências emergentes e avalie e adapte continuamente o uso da tecnologia e da IA para atender às necessidades em evolução, reconhecendo que pode chegar o momento em que a confiança do público seja maior em relação à tomada de decisões quando apoiada por algoritmos e IA, pois a probabilidade de preconceito, parcialidade, discriminação ou corrupção humana poderia ser reduzida ou eliminada.
- Facilitar o compartilhamento de experiências, a colaboração e a cooperação regionais em novas tecnologias e IA para abordar problemas regionais comuns, compartilhar boas práticas e experiências e abordar as possíveis consequências de uma exclusão digital.



Questões relacionadas à integridade judicial e gênero:

- Recomenda-se que se publique anualmente dados oficiais sobre o número e porcentagem de homens e mulheres no Poder Judiciário, discriminando o lugar e nível e que um organismo internacional, como UNODC, as compile.
- Lembrar a necessária adoção de critérios obrigatórios e persuasivos para julgar com uma perspectiva de gênero, incluindo a interseccionalidade como um fator relevante.
- Promover programas integrais de capacitação focados na perspectiva de gênero para os operadores do direito e auxiliares e a comunidade em geral.
- Fomentar políticas públicas relacionadas a igualdades de gênero para os poderes judiciários, incluindo aquelas relacionadas com o acesso, a promoção, a discriminação positiva e um ambiente igualitário.
- Garantir um ambiente de igualdade livre do assédio e violência e estabelecer meios preventivos e sancionatórios para atingir esse objetivo, incluindo medidas multidisciplinares.

O bem-estar dos juízes como um desafio emergente para a integridade judicial:

- Promover uma cultura no Judiciário que priorize o bem-estar dos juízes, mantendo um ambiente de apoio, eliminando o estigma e incentivando os juízes a expressarem suas necessidades.